

INVESTIGAÇÃO – AÇÃO: UMA METODOLOGIA PARA PRÁTICA E REFLEXÃO DOCENTE.

Karla Haydê Oliveira da Fonseca
Mestre em Educação
Universidade do Minho – Portugal
karlahayde@yahoo.com.br

Este artigo consiste em compreender a Investigação-Ação como uma metodologia existente na área das ciências sociais. Constatou-se, que existe uma preocupação e interesse crescentes no campo da educação na utilização desta metodologia, no sentido de permitir uma maior objetividade dos resultados obtidos. Pretende-se contribuir para uma reflexão crítica sobre esta metodologia no campo da investigação em educação. Abordam-se neste estudo suas potencialidades, dificuldades e limitações. Concluiu-se a Investigação-Ação em articulação com a prática docente e suas implicações para o ensino.

PALAVRAS-CHAVE: Investigação-Ação. Reflexão docente. Ensino

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho consiste em compreender a Investigação-Ação – I.A como uma metodologia existente na área das ciências sociais. No entanto, não é nossa intenção evidenciar esta metodologia como a mais apropriada, ou que existe uma predominância de metodologias quantitativas sobre as qualitativas, pois o que determina a escolha por uma metodologia depende do objeto e objetivos de estudo privilegiados pelo investigador.

Constata-se, contudo, que existe uma preocupação e interesse crescentes no campo da educação na utilização desta metodologia, no sentido de permitir uma maior objetividade dos resultados obtidos, sejam eles de ordem quantitativa ou qualitativa, na redução da subjetividade e não a sua eliminação, concorrendo deste modo para a credibilidade dos juízos de valor emitidos.

Pretendemos, assim, com a realização deste estudo, contribuir para uma reflexão crítica sobre esta temática, conhecer as potencialidades, dificuldades e limitações, na utilização desta metodologia no campo da investigação em educação, bem como

técnicas e instrumentos utilizadas na I-A. Por fim, concluiremos a Investigação-Ação em articulação com a prática docente e suas implicações para o ensino.

1. ORIGENS, CONCEITOS E TRAJETÓRIA DA INVESTIGAÇÃO – AÇÃO

A origem da Investigação – Ação é um tanto confusa, e é muito pouco “provável que algum dia venhamos a saber quando ou onde teve origem este método, simplesmente porque as pessoas sempre investigaram a própria prática com a finalidade de melhorá-la” (TRIPP, 2005, p. 445), ainda que, muitos autores atribuam a criação do processo a Kurt Lewin. Perante esta afirmação, apresentaremos a origem percorrendo diversos autores que aprofundaram a temática.

Segundo Barbier (1985, p.38), a investigação-ação tem a sua “origem como pesquisa psicológica de campo, e tem como objetivo uma mudança de ordem psicossocial”, pois a meta desta pesquisa, é a transformação radical da realidade social e a melhoria de vida das pessoas envolvidas. Ainda, segundo o mesmo autor,

Costuma-se geralmente sustentar que a pesquisa-ação teve origem com Kurt Lewin, psicólogo de origem alemã, naturalizado americano, durante a provação da Segunda Guerra Mundial. Alguns pensam, entretanto, que John Dewey e o movimento da Escola Nova, após a Primeira Guerra Mundial, constituíram um primeiro tipo de pesquisa-ação pelo ideal democrático, pelo pragmatismo e pela insistência no hábito do conhecimento científico tanto nos educadores como nos educandos (...) a pesquisa-Ação tem fortes raízes na Psicologia Social, posteriormente se abrindo para a pesquisa da vida social ampliando de forma crescente a participação das populações envolvidas, e de certa forma promovendo uma ruptura com os paradigmas clássicos da pesquisa em Ciências Humanas.

As designações para a palavra nem sempre são as mesmas: há quem, conforme os casos prefira “Ação – Investigação”, “Investigação na e/ou para a Ação”, “Pesquisa – Ação”, entre outros, mas o fundo e o estímulo são idênticos, pode ser entendida como uma forma de pesquisa social com base empírica que tem como associação a teoria (pesquisa) e a prática (ação), em oposição à pesquisa tradicional - crítica ao positivismo - a partir de uma colaboração mútua entre pesquisador e pesquisado. Almeida (2001) refere, ainda, outra noção pertinente: *I & D* (Investigação e Desenvolvimento), a que têm sido concedidas imensa visibilidade e grandes recursos econômicos.

Para Esteves (2009, p.265), o trabalho pioneiro de *Action Research* pertence a Kurt Lewin, (1890 – 1947), que o aplicou pela primeira vez nos Estados Unidos. Apareceu

no âmbito da psicologia, demonstrando sempre, uma tendência preocupante em relação aos problemas sociais da sociedade americana. No seu trabalho, Lewin tentou mostrar, de certo modo, que a ação é mais eficaz que o discurso para induzir modificações de certos comportamentos humanos.

Latorre (2003, p. 24), nos seus estudos apresentados em *La investigación – acción* referencia vários autores, a seguir: Elliott (1993) a define “como um estudo de uma situação social que tem como objetivo melhorar a qualidade de ação dentro da mesma”; Lomax (1990) a define como “uma intervenção na prática profissional com a intenção de proporcionar uma melhoria”; Já para Bartalomé (1986) a Investigação - Ação é “um processo reflexivo que vincula dinamicamente a investigação, a ação e a formação, realizada por profissionais das ciências sociais acerca da sua própria prática”.

Deste modo, podemos designar a I.A um conjunto de estratégias para melhorar a prática educativa e social, orientada para a melhoria da prática nos diversos campos.

Para Kemmis (1984), a I.A constitui uma forma de questionamento reflexivo e coletivo de situações sociais, realizado pelos participantes, com vista a melhorar a racionalidade e a justiça das suas próprias práticas sociais ou educacionais, bem como a compreensão dessas práticas e as situações nas quais aquelas práticas são desenvolvidas. Trata-se de I.A quando a investigação é colaborativa, por isso é importante reconhecer que esta prática é desenvolvida através da Ação pelos membros dos grupos de intervenção, em pequena escala, no funcionamento do mundo real.

A Investigação - Ação pode ser representada como uma metodologia de investigação que utiliza em simultâneo a Ação e a Investigação num processo cíclico, onde há uma variação progressiva entre a compreensão, a mudança, a ação e a reflexão crítica da prática docente.

No campo educacional Sanches (*apud* Moreira, 2001, p.127) refere que a I.A “usada como estratégia formativa de professores facilita a sua formação reflexiva, promove o seu posicionamento investigativo face à prática e a sua própria emancipação”.

Quanto sua trajetória, Fernandes (2005, p.3) assinala a Investigação - Ação da seguinte forma:

- 1- Década de 40 - O trabalho pioneiro de Kurt Lewin, nos Estados Unidos.
- 2- Década de 70 - Depois de um declínio da Investigação- Ação, esta é intensificada pelos estudos de Stenhouse (1970), Elliott (1973), Allal (1978), apresentando modelos alternativos à investigação educativa tradicional.

3- Década de 80 – Argyris e Schön (1985) foram os principais autores a retomar e desenvolver os conceitos de Investigação - Ação, tratando-os como uma abordagem científica específica, na qual o investigador gera um novo conhecimento acerca do sistema social e, ao mesmo tempo, esforça-se para mudá-lo. Na Austrália surge com os trabalhos desenvolvidos por Kemmis e Carr, de orientação emancipatória e de crítica social.

Neste contexto, como podemos observar na trajetória citada, o termo I.A aparece em 1913, na Alemanha, num trabalho realizado em Viena de forma bastante mitigada. Porém, é possível situá-la em dois grandes momentos históricos: o primeiro nasce nos Estados Unidos, na década de 40, tendo como pioneiro Kurt Lewin, após a Segunda Guerra Mundial e o segundo mais europeu, americano e australiano, indo dos anos 70 até os dias atuais.

Segundo Tripp (2005, p.445) foi esse tipo de diversidade que levou a Investigação - Ação educacional a ser descrita como “uma família de actividades”. Trata-se na verdade de um *puzzle* de concepções, percepções e entendimentos, onde a sua base é constituída a partir da investigação empírica para a melhoria da prática. Na continuidade do diálogo com esta problemática, abordaremos no tópico seguinte as características da I.A.

2. PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DA INVESTIGAÇÃO – AÇÃO

Investigação – ação ou pesquisa - ação “é uma forma de investigação - ação que utiliza técnicas de pesquisa consagradas para informar a ação que se decide tomar para melhorar a prática” (Tripp, 2005, p.447). Uma das características mais marcante da I.A é que se trata de uma metodologia de investigação orientada para a melhoria da prática para aperfeiçoar e resolver os problemas sociais. Portanto, destacaremos suas características, conforme os autores consultados (Kemmis e McTaggart *in* Fernandes, 2005, p.3; Cohen e Manion *apud* Simões, 1990, p.42).

- Participativa e colaborativa, no sentido, em que práticos e investigadores trabalham em conjunto na concretização de um projeto;
- Situacional, pois preocupa-se com o diagnóstico de um problema, num contexto específico e tenta resolvê-lo nesse mesmo contexto;

- Cíclica já que a investigação envolve um conjunto de ciclos, nos quais as descobertas iniciais geram possibilidades de mudança, que são então implementadas e avaliadas como introdução do ciclo seguinte; e
- Auto-avaliativa uma vez que as modificações são continuamente avaliadas e monitorizadas, numa perspectiva de flexibilidade e adaptabilidade, com vista a produzir novos conhecimentos e a alterar a prática.

Neste sentido, as características da I.A apresentada através do contributo de vários autores, sempre empenhados na busca pela melhoria da prática para a resolução dos problemas sociais, resultaram na busca pelos ciclos de Investigação-Ação.

3. CICLOS DA INVESTIGAÇÃO –AÇÃO

A Investigação - Ação é uma metodologia de investigação constituída de critérios e métodos, onde faz inferência teorias sobre a ação educativa, que segundo Latorre (2003 p. 32) ganha consistência em comparação com outras metodologias na medida em que se impõe como um “projecto de ação” que transporta em si “estratégias de ação”.

Desta dualidade entre o requisito teórico e a ação concreta provém o carácter cíclico da I.A, uma vez que vários autores Kurt Lewin, Kemmis, Elliott, e Whitehead (*apud* Latorre, 2003), partilham desta visão que se estruturam pela forma de uma espiral.

Deste processo metodológico observamos um conjunto de fases - planificação, ação, observação, reflexão, avaliação e reformulação - que se desenvolvem de forma contínua e em movimento circular, possibilitando o início de novos ciclos que desencadeia novas espirais de experiências de ação reflexiva.

Segundo Lessard-Hébert (1994), o termo ciclo é utilizado no sentido de um conjunto ordenado de fases que, uma vez completadas, podem ser retomadas para servirem de estrutura à planificação, à realização e à validação de um segundo projeto e assim sucessivamente.

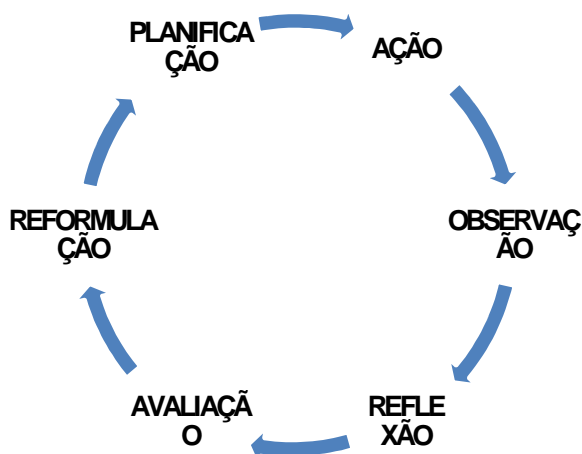


Figura 1 – Espiral de ciclos da Investigação-Ação

Podemos observar na figura 1, devido suas características peculiares a Investigação-Ação não se limita a um único ciclo, o que permite aos participantes reajustes na ação. O que se pretende com esta metodologia é produzir mudanças nas práticas tendo em vista alcançar melhorias de resultados.

Assim, inferimos que a colaboração aliada à mudança são “peças-chave” na construção de um projeto de investigação. E que só uma intervenção de caráter proativo integrada num processo colaborativo entre as partes envolvidas na ação, através do debate e da confrontação de registros efetuados ao longo da ação investigativa poderá obter os resultados almejados.

Apesar de autores como Kemmis, Elliott e Whitehead apresentarem distintos modelos de investigação-ação, não apresentam grandes mudanças, pois todos partem do Modelo de Kurt Lewin. Entretanto, todos esses autores trazem contributos significativos para esta metodologia, não relegando nenhum deles, a visão espiralada dos conceitos expostos.

Portanto, a Investigação – Ação constitui uma metodologia de planificação, reflexão, estratégias e ação evidenciadas pela explanação através de seus ciclos e modelos. De posse desta informação, passaremos a discorrer a aplicabilidade da Investigação-Ação.

4. A APLICABILIDADE DA INVESTIGAÇÃO - AÇÃO

A Investigação - Ação, tal como já foi referido anteriormente, é um processo contínuo da ação reflexiva ao desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes

em que todos participam, investigando as suas próprias práticas sociais a fim de conhecê-las e melhorá-las.

A diversidade dos contextos histórico-geográfico-culturais explica, de alguma forma, as diferentes características que a investigação-ação foi adquirindo através do tempo. A produção discursiva elaborada em torno destas características é grandiosa. No entanto, depois da leitura dos autores referenciados, concluímos que a maior parte dos textos publicados é essencialmente de natureza teórica, com propósitos de orientação das práticas. Versam os fundamentos teóricos, as finalidades, as vias metodológicas, ou seja, trata-se de um discurso orientado para o que deve e como deve ser feito.

Máximo-Esteves (2008) ressalta que desconhece o seu grau de aceitação na prática, ou seja, o *modus operandi* das orientações teóricas, quais as suas adaptações efetuadas perante a realidade dos diversos contextos, o impacto que a teoria teve e quais as suas vantagens.

Contudo, o contributo da I.A na prática educativa pode e deve levar a uma participação mais ativa do professor como sujeito de mudança.

Como refere Benavente (1990, pp.60-109), os processos de mudança são problemática nuclear da I.A. A autora desenvolve esta ideia, como se pode constatar no seguinte parágrafo:

Pretende-se analisar condições, potencialidades, obstáculos, mecanismos, procedimentos, agentes de mudança; pretende-se intervir em situações e processos reais, com os actores neles envolvidos, e pretende-se analisar essas experiências de intervenção e de transformação. Isto significa trabalhar simultaneamente em vários níveis interligados de estruturação das relações sociais (Benavente, 1990b, p.11).

Diz ainda:

[...] a cada nível da realidade (estruturas e actores) há dinâmicas e inércias, passividades e lógicas, rotinas e hábitos, práticas “habituais”, que a mudança sociopolítica e as intervenções do poder central não podem transformar só por si (idem, 1990b).

Nesta linha de pensamento, Perrenoud apresentado por Benavente (1990b, p.81-90) designa por “*Sociologia da Intervenção*”.

Os mecanismos desencadeados, os papéis e identidades do interventor-investigador e as ambiguidades inerentes aos contratos formais e informais que o vão ligando às instituições e aos actores sociais envolvidos.

Mudar implica transformações de mentes e ações. No entanto não é tarefa fácil:

Porque, tendo como objectivo melhorar a vida das pessoas, pode estar a pôr em conflito as suas crenças, estilos de vida e comportamentos. Para que essa

mudança seja efectiva, é necessário compreender a forma como os indivíduos envolvidos vivenciam a sua situação e implicá-los nessa mesma mudança, pois são eles que vão viver com ela (Sanches, 2005, s/p)

Deste modo, a Investigação - Ação permite aos usuários assumir suas escolhas e decidir quais as mudanças que pretendem utilizar. É de posse desta análise que o processo possa ter resultados satisfatórios.

Neste sentido, o envolvimento de todos os intervenientes numa tríade ação-reflexão-ação, resultará em mudanças na comunidade educativa. Assim, a I.A surge como uma metodologia eficaz.

A este respeito Moreira (*apud* Sanches, 2005, s/p) refere:

A dinâmica cíclica de ação-reflexão, própria da investigação-ação, faz com que os resultados da reflexão sejam transformados em *praxis* e esta, por sua vez, dê origem a novos objectos de reflexão que integram, não apenas a informação recolhida, mas também o sistema apreciativo do professor em formação. É neste vaivém contínuo entre ação e reflexão que reside o potencial da investigação-ação enquanto estratégia de formação reflexiva, pois o professor regula continuamente a sua ação, recolhendo e analisando informação que vai usar no processo de tomada de decisões e de intervenção pedagógica.

Outra dimensão a considerar na aplicabilidade da I.A é o conhecimento da realidade. Como afirma Carrasco (2000, pp. 24-25), “a análise da realidade ou o diagnóstico de uma situação social supõe uma fase importante do método de ação e intervenção social”.

Para Ander-Egg (*apud* Fernandes, 2005, p.9) o conhecimento da realidade que implica o conhecimento de outros fatores:

O diagnóstico social é um processo de elaboração e sistematização de informação que implica conhecer e compreender os problemas e necessidades dentro de um contexto determinado, as suas causas e evolução ao longo do tempo, assim como os factores condicionantes e de risco e as suas tendências previsíveis; permitindo uma descrição dos mesmos segundo a sua importância, possibilitando o estabelecimento de prioridades e estratégias de intervenção, de maneira que possa ser determinado de antemão o seu grau de viabilidade e funcionalidade, considerando tanto os meios disponíveis como as forças e actores sociais implicados nas mesmas.

Neste sentido, podemos inferir que o objetivo fundamental da análise da realidade é conhecer a problemática da situação para, assim, a modificar, servindo de conhecimento para refletir e questionar as práticas sociais.

Para Esteves (*apud* Silva e Pinto, 1986), ao nível dos procedimentos metodológicos e técnicos utilizados, esta modalidade de Investigação - Ação não se afasta da investigação tradicionalmente codificada pelos textos de metodologia. O que mais se diferencia é a circunstância de ser desencadeada por alguém que tem necessidades de

informação/conhecimento de uma situação problema a fim de agir sobre ela e dar-lhe solução.

5. AS TÉCNICAS NA INVESTIGAÇÃO – AÇÃO

Tal como em qualquer outra metodologia, a I.A necessita de técnicas e instrumentos de recolha de informação para dar prosseguimento ao seu objeto de investigação. Portanto, utiliza vários métodos disponíveis ao nível das ciências sociais. No entanto, a especificidade deste tipo de trabalho tende a “privilegiar as metodologias tradicionalmente chamadas de não experimentais ou qualitativas” (Guerra, 2002, p.73).

Dos vários autores consultados, destacamos Lessard-Hébert (1994); Cohen e Manion (1990) e Antonio Latorre (2003), dando especial destaque a este último.

Lessard-Hébert (1994, pp. 143-144) aponta, citando De Bruyne *et al*, três modos de recolha de dados associados às metodologias qualitativas:

1. O inquérito, que assume duas formas: a oral (entrevista) e a escrita (questionário);
2. A observação que assume duas formas: direta, sistemática (observador exterior) e participante (observador conhecido ou oculto); e
3. Análise documental – a partir de fontes privadas ou oficiais (relatórios, arquivos, estatísticas).

Cohen e Manion (1990, p. 279) consideram que, as várias fases do processo de I. A. devem ser constantemente monitorizadas por uma variedade de mecanismos (questionários, diários, entrevistas, estudos de caso, entre outros). É esta observação rigorosa de situações e fatos que permite efetuar modificações, reajustamentos, redefinições e mudanças de direção.

Segundo Latorre (2003, p. 54) “as técnicas de recolha de dados são muito variadas. Optando-se por utilizar umas ou outras, tendo em conta o grau de interação do investigador com a realidade e o problema que está a ser investigado”. Neste sentido, Latorre (2004) apresenta um conjunto de técnicas que agrupa a observação, a conversação, a análise de documentos e os meios audiovisuais.

Recorrendo ao autor acima referenciado, apresenta-se de um modo discriminado cada uma das técnicas e respectivos instrumentos de recolha de dados.

5.1. TÉCNICAS BASEADAS NA OBSERVAÇÃO

A observação participante é considerada um método interativo, uma técnica de observação direta, pois implica a presença do observador nos acontecimentos que está a observar. Ao envolver-se com as pessoas e acontecimentos de uma forma mais direta o investigador torna-se um conhecedor mais profundo da realidade que está a observar.

As notas de campo são uma das formas mais usadas nas metodologias qualitativas. Um dos seus pontos fortes é a abertura. Ao não estarem estruturadas tornam-se flexíveis permitindo ao investigador abrir-se ao imprevisto e inesperado, ele vê as coisas tal como se apresentam diante de si, de uma forma direta e imediata, sem mediações ou preparações prévias.

O diário do investigador é uma técnica narrativa que permite recolher observações, reflexões, interpretações, hipóteses e explicações de ocorrências e ajuda o investigador a desenvolver o seu pensamento crítico, a mudar os seus valores e a melhorar a sua prática.

Os memorandos analíticos são notas pessoais que se destinam a analisar a informação recolhida e fazem com que o investigador leia e reflita em intervalos frequentes ao longo do projeto de investigação.

5.2. TÉCNICAS BASEADAS NA CONVERSAÇÃO

O questionário é o instrumento mais universal na área das ciências sociais. Consiste num conjunto de perguntas sobre determinado assunto ou problema em estudo, cujas respostas são apresentadas por escrito e permite obter informação básica ou avaliar o efeito de uma intervenção quando não é possível fazê-lo de outra forma.

A entrevista é também uma das estratégias bastante utilizada na Investigação-Ação e constitui-se como um complemento da observação, permite recolher dados sobre acontecimentos e aspetos subjetivos das pessoas, não diretamente observados, como crenças, atitudes, opiniões, valores ou conhecimentos, fornecendo o ponto de vista do entrevistado e possibilitando, assim, interpretar significados.

Os grupos de discussão são uma estratégia de obtenção de informação que tem ganho grande projeção na investigação social ao ponto de alguns autores a considerarem

um método de investigação, servem, sobretudo, para colmatar os espaços vazios deixados pela entrevista individual, na medida em que propiciam uma maior interatividade ao fornecerem comparações de experiências e de pontos de vista dos entrevistados.

5.3. ANÁLISE DE DOCUMENTOS

Os documentos oficiais, dependendo do objetivo do investigador face ao problema a resolver, podem ter grande importância na medida em que se constituem em boas fontes de informação. Entende-se por documentos oficiais: arquivos e estatísticas, artigos de jornais e revistas, registos de organismos públicos, legislação, horários, atas de reuniões, planificações, registos de avaliação, ofícios, manuais, fichas de trabalho, enunciados de exames, etc.

Os documentos pessoais dividem-se em documentos naturais, quando são da iniciativa da própria pessoa, não sendo solicitados nem incentivados, e em que o propósito do seu autor pode não ser coincidente com o objetivo do investigador e em documentos sugeridos pelo investigador, em que este, solicita que as pessoas escrevam sobre as suas experiências pessoais. Este tipo de técnica tem sido muito utilizada na Investigação - Ação, principalmente pela importância que os investigadores dão ao método biográfico narrativo e às histórias de vida.

5.4. MEIOS AUDIOVISUAIS

A fotografia é uma técnica de eleição na Investigação - Ação, na medida em que se converte em documentos de prova da conduta humana. São fiáveis, credíveis e permitem uma análise retrospectiva dos assuntos.

As gravações em vídeo são também uma ferramenta indispensável quando se pretende realizar estudos de observação em contextos naturais. Associa a imagem em movimento ao som, permitindo, deste modo, ao investigador obter um *feedback* visual e auditivo da realidade estudada e, assim, detectar fatos que porventura lhe tenham escapado durante a observação ao vivo.

As gravações em áudio são uma técnica muito utilizada na Investigação – Ação pois permite, captar a interAção verbal e registar as conversas de um modo detalhado.

6. POTENCIALIDADES QUE A I.A PODERÁ DESENVOLVER

Uma das potencialidades da I.A é tornar profissionais reflexivos, intervenientes e interacionistas nos contextos em que se inserem, dando origem a práticas pertinentes, oportunas e adaptadas às situações com as quais trabalham, cujo objetivo é promover a mudança social.

Simões (1990, p.43) refere que o resultado da investigação “terá sempre um triplo objetivo: produzir conhecimento, modificar a realidade e transformar os actores”. As características da flexibilidade e adaptabilidade permitem que as mudanças aconteçam durante a sua aplicação e encoraja a experimentação e inovação.

Outras das potencialidades apresentadas pela I.A é a sua capacidade de produzir reflexões teóricas, que contribuem para a resolução de problemas em situações concretas, já que dilui as diferenças entre a teoria e a prática. Para Simões (1990, p.42), “o carácter colaborativo da mesma: práticos e investigadores trabalham, em conjunto, na concretização de um projecto”.

Latorre (2003, *apud* Kemmis e McTaggart, p.27) reforça a ideia anterior ao afirmar que “a melhoria da prática, a compreensão da prática e a melhoria da situação onde tem lugar a prática”. Apesar destas características positivas a I.A encontra muitas dificuldades e limitações para desenvolver suas ações e ganhar projeção como uma metodologia científica eficaz. É o que veremos no próximo tópico.

7. DIFICULDADES/LIMITAÇÕES DA IMPLEMENTAÇÃO DA INVESTIGAÇÃO – AÇÃO

De acordo com Almeida (2001) há a necessidade de defender a Investigação - Ação. Esta tem sido considerada o “parente pobre” no campo das ciências sociais. O mesmo autor refere que dela pouco se fala, sendo insuficientemente praticada, tendo em conta as potencialidades que abrange, e mesmo quando efetuada, raramente é divulgada fora dos círculos restritos que utilizam os seus resultados. Sobretudo, é muito escasso o número de publicações, livros ou artigos de revistas científicas que dela se ocupam.

Desde que, Kurt Lewin, em 1948, lançou a ideia da *action research*, tal proposta não foi bem aceita nos círculos científicos.

Talvez porque vinha a contra corrente da história das próprias ciências sociais, muito preocupadas, nessa época, em afirmar a sua cientificidade e em de limitar os campos da produção e da utilização do conhecimento, distanciando-se das intervenções e das ideologias (Almeida, 2001, p.175).

Segundo o mesmo autor, durante um largo período de tempo foram escassos os investigadores que a praticaram - por vezes sob outras designações, em correspondência com as alterações que introduziram para adaptá-la às suas próprias preocupações e metodologias.

Por parte dos adeptos da pesquisa tradicional, frequentemente, são feitas algumas restrições à Investigação - Ação. Segundo Cohen e Manion (1989) a I.A é situacional e específica, pois conta com uma amostra de representividade reduzida, além de possuir pouco ou nenhum controle sobre variáveis independentes, tornado desse modo a pesquisa restrita ao ambiente de estudo, diferentemente da pesquisa científica tradicional que vai além da solução de problemas práticos e específicos

Para Zeichner (1993, *apud* Moreira 2001) consideram-se como dificuldades da I.A a escassez de estudos neste campo que validem empiricamente a Investigação - Ação como metodologia de formação reflexiva, onde o professor preocupa-se somente com a forma didática e não reflexiva por parte dos alunos, não o preparando para assumir outras responsabilidades, o que torna o contexto estrutural pouco favorável.

Outros autores apontam como limitações da I. A a demora dos resultados em termos de desenvolvimento escolar ou cultural. A ausência do investigador não ter formação acadêmica é outro fator que leva a incredibilidade. Por ser um processo coletivo traz obstáculos para o investigador, pela existência de variadíssimas ideologias, o que torna um risco para a pesquisa. A I.A privilegia os feitos esperados, negligenciando os efeitos não esperados de uma avaliação, o que pode demonstrar falta de planejamento, e por fim, e não menos importante, a participação do investigador na Ação pode levar a um envolvimento emocional, prejudicando assim a objetividade da pesquisa, podendo induzir a parcialidade do investigador face à investigação.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a realização deste trabalho infere-se que a partir dos três últimos decênios assistiu-se a uma expansão do recurso à Investigação – Ação, em várias áreas das ciências sociais.

Como podemos verificar a expressão Investigação – Ação é polissêmica e insinua certa tensão: os conceitos “Investigação” e “Ação” são de certa forma, contraditórios. Existem na Investigação – Ação lutas passionais, ideológicas e institucionais, conflitos de neutralidade e politização evidenciando-se uma falta de consenso entre os especialistas acadêmicos e os seus utilizadores. No entanto, pretende ser, quanto possível, independente, não reativa e objetiva.

Neste sentido, os velhos discursos que persistem no tempo entre o campo científico natural/positivista e o campo das ciências sociais/fenomenológico, agrava-se ainda mais se tivermos em consideração a proximidade e as relações “perigosas” existentes entre o investigador e o objeto de pesquisa e entre o sujeito e objeto de conhecimento, fazendo desse modo a I.A perder sua credibilidade como uma metodologia credível.

Conclui-se a existência de diversas dimensões quanto ao processo, à forma e ao conteúdo nos estudos da Investigação – Ação. E, embora alguns autores defendam o desconhecimento da Investigação – Ação, seu grau de aceitação na prática, ou seja, o *modus operandi* das orientações teóricas, quais as suas adaptações efetuadas perante a realidade dos diversos contextos e o seu impacto, foi possível evidenciar e aprofundar os contributos da Investigação – Ação na prática.

Em jeito de síntese, apesar de todas as desvantagens e limitações, a I.A pode constituir uma boa ferramenta para a prática educativa na compreensão de uma realidade a ser estudada, que pressupõe a construção da problemática e das estratégias de investigação, apontando como principal potencialidade a articulação, de modo permanente, da investigação, da ação e da formação. O que pode gerar profissionais pró-ativos e críticos para à efetivação de mudanças as práticas educativas, com o objetivo de melhorar o ensino, tornando as salas de aula em ambientes de aprendizagens significativas e reflexivas.

ACTION- RESEARCH : A METHODOLOGY FOR TEACHING PRACTICE AND REFLECTION.

ABSTRACT: This work is to understand the Action-Research as an existing methodology in the social sciences. It appears that there is a growing concern and interest in the field of education in the use of this methodology in order to allow greater objectivity of the results. It is intended to contribute to a critical reflection on this methodology in the field of education research. In this study discusses its potential difficulties and limitations. Finally,

we will conclude the Action-Research in conjunction with the teaching practice and their implications for teaching.

KEYWORDS: Action-Research. Teacher reflection. Education

REFERÊNCIAS

- Almeida, J (2001). “Em Defesa da Investigação-Ação.” *Sociologia, Problemas e Práticas*. Nº37,
- Barbier, R. (1985). *Pesquisa-Ação na Instituição Educativa*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Benavente, A (1990^a). *Escola, Professoras e Processos de Mudança*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Benavente, A. (1990b). Costa, A. E Machado, F. “Práticas de Mudança de Investigação – Conhecimento e Intervenção na Escola Primária”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. Nº29.
- Carrasco, J. e Hernández, J. (2000). *Aprendo a Investigar em Educación*. Madrid: Ediciones Rialp.
- Cohen, L. e Manion, L. (1989). *Métodos de Investigación Educativa*. Madrid: La Muralla, S.A.
- Fernandes, A. M. (2005). A Investigação-Ação como metodologia. Projeto SER MAIS – Educação para a sexualidade Online, 2005 Acedido em: 8 de novembro de 2009, de http://nautilus.fis.uc.pt/cec/teses/armenio/TESEArmenio/vti_cnf/TESE_Armenio_web/cap3.pdf
- Guerra, I. (2002). *Fundamentos e Processos de Uma Sociologia de Ação – O Planeamento em Ciências Sociais*.
- Latorre, A. (2003). *La Investigación-Acción*. Barcelona: Editorial Graó.
- Lessard-Hébert, M., Goyette, G. e Boutin, G. (1994). *Investigação Qualitativa: Fundamentos e Práticas*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Máximo-Esteves, L. (2008). *Visão Panorâmica da Investigação-Ação*. Porto: Porto Editora.
- Moreira, M. A. (2001). *A Investigação-Ação na Formação Reflexiva do Professor – Estagiário de Inglês*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.

Sanches, I. (2005). Compreender, Agir, Mudar, Incluir. Da investigação-Ação à educação inclusiva. *Rev. Lusófona de Educação*, nº.5.

Silva, A. S. e Pinto, J. M. (Orgs.) (1986). *Metodologia das Ciências Sociais*. Porto: Afrontamento.

Simões, A. (1990). A Investigação-Ação: Natureza e Validade. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, Ano XXIV.

Tripp, David (2005). Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. *Educação e Pesquisa*. São Paulo, v.31, n. 3.